



Nota de Repúdio dos vigilantes da Bahia é lida na plenária da CUTBA e recebe apoio da classe trabalhadora



Texto lido pelo secretário Geral do Sindicato denunciando práticas de alguns dirigentes recebeu apoio dos participantes

Durante a 11ª Plenária – Congresso Extraordinário da CUT Bahia, realizada nos dias 7 e 8 de julho, a delegação do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes/ BA), representada pelo secretário Geral Antônio Cláudio Santos, propôs uma Moção de Repúdio às atitudes de dirigentes da CUT Nacional. O conteúdo deixou clara a

contrariedade com a situação pelega da CUT, que vem apoiando e organizando chapas de oposição para disputar os sindicatos CUTistas, como os vigilantes dos Estados de Pernambuco, Porto Alegre e promovendo ataques direto à Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

Santos destacou que “em tempo de crise, em que de prevalecer a união da classe dos trabalhadores, sobretudo, dos filiados à Central Única dos Trabalhadores, organização histórica que sempre teve o papel e objetivo claro de organização da luta, a direção do Sindvigilantes/BA não pode se omitir diante desta situação”.

O encontro, realizado no Hotel Real Classic, em Salvador (BA), teve como objetivo construir um debate coletivo e democrático dos rumos políticos do estado e do país. Em pauta, além das ações de fortalecimento da Central, o enfrentamento das ações do governo golpista e o atual cenário político e econômico Estadual e Nacional.

Durante dois dias, cerca de 250 delegados levantaram propostas de ações e pontuaram as dificuldades políticas e estruturantes para enfrentamento do pacote de maldades, já colocada em prática pelo governo ilegítimo Michel Temer.

Debates como Políticas Públicas, Juventude, Mulheres, Formação, Comunicação, LGBT, Meio Ambiente e Inovação fizeram parte dos grupos de debate. Em meio aos pós e contras, os delegados foram construindo as bandeiras de lutas emergenciais.

Fonte: Sindvigilantes/BA



Três suspeitos de matar PM e vigilante são presos em Minas; 5 estão foragidos



Bandidos fortemente armados levaram terror à cidade. Um vigilante e um PM foram mortos na ação

Três suspeitos de participar da ação criminosa que terminou com a morte de um policial militar e um vigilante foram presos na tarde desta segunda-feira (10) próximo de Santa Margarida, região da Zona da Mata Mineira. No total, ao menos oito homens fortemente armados teriam participado do crime.

Segundo a Polícia Militar, cinco continuam foragidos e estão sendo procurados. O caso aconteceu na manhã desta segunda-feira (10) durante um assalto a uma cooperativa de crédito e uma agência bancária. Além dos dois

mortos, três vigilantes ficaram feridos. Duas pessoas levadas como reféns foram liberadas sem ferimentos.

Buscas

Para prender os criminosos, a corporação reforçou o policiamento no município e nas cidades vizinhas, que foram cercadas pelos agentes de segurança. Além de dezenas de militares que participam da ação, dois helicópteros também auxiliam nas buscas.

Conforme a PM, três armas calibre 12, uma submetralhadora, dois coletes a prova de

balas, além de toucas ninjas e farta munição foram apreendidos em um matagal em Santa Margarida. Todo o material ilícito teria sido usado pelos bandidos. Durante a manhã, os dois carros usados no crime também haviam sido capturados.

Para prosseguir com a fuga, os suspeitos teriam roubado um terceiro veículo.

Flagra

Toda a ação foi registrada por populares. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram o exato momento em que o militar é alvejado da cabeça. Outra imagem também registra os criminosos levando os reféns.

O crime

O crime aconteceu na manhã desta segunda-feira (10), quando aproximadamente oito homens fortemente armados invadiram uma agência do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e do Banco do Brasil. Testemunhas contaram que eles chegaram ao local atirando.

A polícia foi acionada e, durante uma troca de tiros, um policial militar foi baleado na cabeça. Ele não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Outros três vigilantes das agência também ficaram feridos e um deles faleceu no local da ocorrência.

Na fuga, os criminosos levaram dois reféns. A dupla foi abandonada pouco tempo depois, sem lesões graves, na cidade vizinha de Matipó. O crime chocou a pequena cidade de Santa Margarida, que tem que pouco mais de 15 mil habitantes.

Por causa do ato violento, muitos moradores se 'refugiaram' para dentro de casa e comerciantes baixaram as portas dos estabelecimentos.

Fonte: Hoje em Dia

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) lamenta profundamente a morte

do companheiro Leonardo José Mender, funcionário da Esparta Segurança, e do policial militar que também perdeu a vida em mais este lamentável ataque. Novamente fica comprovado o altíssimo poder de fogo dos bandidos, que em confrontos como esse ceifam facilmente a vida de trabalhadores que estão ali para proteger patrimônio e pessoas, mas são equipados de forma insuficiente pelas empresas. A CNTV exige uma apuração séria e condenação dos bandidos em questão, e relembra às empresas de sua responsabilidade para com seus funcionários.

Fonte: CNTV



Três suspeitos já foram presos. Polícia continua buscas por outros cinco assaltantes.

OIT condena Reforma Trabalhista brasileira

Para organismo das Nações Unidas, projeto fere convenções ratificadas pelo Brasil



Às vésperas da votação final da Reforma Trabalhista no plenário do Senado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) respondeu consulta das seis centrais sindicais brasileiras, feita em 16 de junho, que tratam da violação dos acordos internacionais que o Brasil assinou e tem a obrigação de respeitar.

De acordo com o documento da OIT, as convenções de número 98 (negociação coletiva), 151 (negociação coletiva para servidores públicos), 154 (promoção da negociação coletiva) e 155 (segurança e saúde dos trabalhadores) não podem ser desrespeitadas, conforme texto aprovado na Câmara e em discussão final no Senado.

Ainda conforme o organismo internacional, nas convenções 154 e 155, “as medidas adotadas

por autoridades públicas para estimular e fomentar o desenvolvimento da negociação coletiva devem ser objeto de consultas prévias e quando possível, de acordos entre as autoridades públicas e as organizações de empregadores e trabalhadores”. Não é o que está previsto na matéria que será votada amanhã (11) pelos senadores, uma vez que em nenhum momento os trabalhadores foram previamente consultados.

Na resposta enviada às centrais, assinada pela diretora do Departamento de Normas Internacionais do Trabalho, Corinne Vargha, “a adoção de um projeto de lei que reforma a legislação trabalhista deveria ser precedida por consultas detalhadas por interlocutores sociais do país.” Isso também não aconteceu já que

as reformas estão avançando a toque de caixa após o golpe de estado jurídico, parlamentar e midiático que o Brasil sofreu há um ano.

O documento também destaca que “os estados membros têm a obrigação de garantir, tanto na lei como na prática, a aplicação efetiva dos convênios ratificados, motivo pelo qual não se pode validamente rebaixar por meio de acordos coletivos ou individuais a proteção estabelecida nas normas da OIT ratificados e em vigor em um determinado país”.

Segundo destacou o secretário de relações Internacionais da CUT Antônio Lisboa, para a OIT os convênios são o piso sobre o qual se constrói mais proteção para os trabalhadores. “Uma vez que o PLC 38/2017 não respeita as convenções da OIT, ele permite que se negocie coletivamente e individualmente a aplicação dessas normas, o que fere a obrigação internacional do Brasil de cumprir e garantir os acordos ratificados”, concluiu o dirigente.

Para a secretaria nacional de Relações de Trabalho, Graça Costa, essa resposta confirma a

necessidade de barrar essa matéria para que se cumpram os compromissos internacionais. “Essa proposta vai contra as normas estabelecidas de proteção a classe trabalhadora”.

Ainda conforme o Comitê de Peritos da OIT afirmou recentemente, “o objetivo geral das convenções 98, 151 e 154 é a promoção da negociação coletiva para encontrar um acordo sobre condições de trabalho que sejam mais favoráveis que os já previstos na legislação”.

O documento, assinado por representantes das Centrais, foi apresentado pela delegação representante dos trabalhadores na 106ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada na sede da ONU (Organização das Nações Unidas), em Genebra, na Suíça.

Fonte: CUT



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF